

07/05/2019 - 05:00

## Gasto com pessoal deve ter regra única na LRF

Por Fábio Pupo

O Ministério da Economia prepara um projeto de lei complementar para alterar pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) voltados aos Estados. A proposta padroniza o cálculo de gastos com pessoal e ainda alonga o prazo para reenquadramento dos entes que estourarem limites legais de indicadores fiscais.

Hoje, a LRF estabelece que a despesa com pessoal dos Estados não pode exceder 60% da receita corrente líquida. No entanto, alguns entes usam metodologias diferentes para o cálculo. Deixam de considerar como despesas, por exemplo, os gastos com pensionistas, Imposto de Renda Retido na Fonte e obrigações patronais. Em grande parte dos casos, os governadores são respaldados pelos respectivos tribunais de contas.



Manoel Pires, pesquisador do FGV/Ibre: 'Ajustes fiscais são duros, mas estão chegando a um esgotamento'

Uma fonte do Ministério da Economia afirma que a pasta pretende dar uniformidade ao conceito, deixando claro na legislação que devem ser considerados no cálculo o imposto de renda, além de inativos e pensionistas. "A discussão está avançada. Faltam detalhes e saber como andar com o tema politicamente", disse ao **Valor**.

Outra alteração diz respeito à extensão do prazo para reenquadramento dos Estados que estourarem os indicadores de gasto com pessoal. Hoje, em caso de descumprimento, os entes têm que eliminar o percentual excedente em até dois quadrimestres - sendo pelo menos um terço já no primeiro. Caso contrário, não podem receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta e até mesmo contratar operações de crédito (exceto as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à própria redução de despesas com pessoal).

O prazo de dois quadrimestres existente hoje é considerado por Estados como "impossível" de ser cumprido e, por isso, o ministério deve estendê-lo para quatro ou cinco anos. Nesse caso, a proposta da pasta é autorizar o mecanismo apenas temporariamente - e não indefinidamente.

### Despesas com pessoal

Evolução nos Estados, em R\$ bilhões a preços de mar/19

Ano	Ativos	Inativos	Total	Ativos/ Inativos	Crescimento real (%)
2006	142,2	66,1	207,5	2,15	nd.
2007	148,1	69,4	215,9	2,13	4,04
2008	160,8	71,9	231,8	2,24	7,39
2009	171,7	77,4	248,1	2,22	7,04
2010	188,1	85,9	272,9	2,19	9,96
2011	195,4	92,1	286,3	2,12	4,94
2012	210,7	103,4	312,8	2,04	9,26
2013	218,9	112,6	330,2	1,94	5,54
2014	232,2	123,0	353,6	1,89	7,11
2015	225,9	134,9	359,1	1,67	1,54
2016	217,0	143,6	358,9	1,51	-0,06

Ontem, o seminário "Como resolver a crise dos Estados?", realizado pelo **Valor** e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), reuniu secretários estaduais e economistas para discutir a situação dos entes. Muitos defenderam alterar a LRF principalmente para a padronização dos cálculos, algo defendido pelos técnicos da Fazenda desde pelo menos o governo de Michel Temer - sem haver alterações na lei até agora.

Os gastos com pessoal são considerados o principal problema enfrentado pelos entes e 14 deles estão acima do limite legal (segundo dados calculados pelo próprio Tesouro e divulgados ao fim de 2018). O acompanhamento em si, no entanto, é feito pelos dados apresentados pelos próprios entes (e não pelo governo federal), o que gera a possibilidade de metodologias divergentes.

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, secretária da Fazenda de Goiás, disse que a contabilidade usada no Estado pelo governo anterior era uma "maquiagem". Segundo ela, o gasto com pessoal no Estado passaria de 54% da receita corrente líquida para 64% caso todas as despesas fossem consideradas. "Quando falamos sobre aprimoramentos na LRF, esse [ponto da padronização] é o primeiro. A sociedade não tem a noção exata do quão grave é essa crise."

Gustavo Barbosa, secretário da Fazenda de Minas Gerais, também defende a mudança, sobretudo para serem considerados os números de inativos. "Precisamos de uma padronização e um entendimento único de tribunais de contas. Não há uma ação, nenhuma linha, nenhuma letra [na LRF] sobre inativos e pensionistas", disse.

Parte dos representantes estaduais aproveitou para demandar mudanças ainda mais significativas na LRF. Renê Garcia, secretário da Fazenda do Paraná, defendeu retirar aplicações mínimas com saúde (12% das receitas) e educação (25%). "Se houver aumento da receita em determinados Estados, vai piorar porque haverá aumento das despesas vinculadas com educação e saúde. Então tem que haver um mecanismo, [como a] rediscussão sobre precatórios e alguma desvinculação das obrigações constitucionais", afirmou.

Manoel Pires, pesquisador associado do FGV/Ibre e ex-secretário no Ministério da Fazenda, reconheceu que as alterações sendo discutidas podem gerar desconforto. Mesmo assim, defendeu a necessidade de novas soluções. "Os ajustes fiscais são duros tanto no nível federal como no estadual, mas estão chegando a um esgotamento. Precisamos fazer coisas novas", disse. "No caso da LRF, temos que fazer uma reavaliação mais geral para ver o que funcionou ou não para termos mecanismo de atuar de forma prévia, e não somente na forma de socorro", disse.

O debate sobre as mudanças na LRF, no entanto, já despertam alertas. Felipe Salto, diretor do Instituto Fiscal Independente (IFI), defendeu atenção para a discussão. "Qualquer flexibilização de regra é preocupante. Esse problema federativo está virando cada vez mais um problema para o governo central e precisamos ver para onde vai caminhar esse debate", disse.

07/05/2019 - 05:00

## Para Estados, 'Plano Mansueto' não é suficiente

Por Fábio Pupo

O plano de equilíbrio financeiro (PEF) prestes a ser lançado pelo Ministério da Economia para socorrer Estados não vai solucionar a crise vivida pelos entes, apesar de representar um alívio financeiro bem-vindo. A opinião é de diferentes secretários da Fazenda e economistas que participaram ontem do seminário "Como resolver a crise dos Estados?", realizado pelo **Valor** e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre).

O Plano de Equilíbrio Financeiro (PEF) já foi anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e prevê apoio federal aos Estados em troca de contrapartidas - como medidas de ajuste fiscal e abertura dos mercados regionais de distribuição de gás. Pela proposta, ainda não totalmente detalhada, entes que não têm nota suficiente no sistema de ratings do Tesouro (ou seja, C e D) poderiam voltar a contratar operações de crédito com garantia da União. Para isso, devem manter um certo nível do indicador de poupança corrente líquida.

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, secretária da Fazenda de Goiás, afirmou que o problema dos Estados não vai ser solucionado com o plano. "Não é uma bala de prata, não é isso que vai resolver meu problema. Se algum Estado está pensando que a solução está aí, não é verdade", disse. Segundo ela, no entanto, o plano é importante por conceder um "alívio" no curto prazo. "Mês a mês, tenho um déficit de R\$ 200 milhões para enfrentar. O PEF vai minimizar a dor do Estado pois quem está pagando o pato [do desequilíbrio fiscal] é a sociedade, seja com uma maternidade sendo fechada ou uma rodovia esburacada", disse.

Estados com rating melhor não estão interessados no plano, já que podem se financiar atualmente com garantias da União por terem indicadores positivos. Parte, inclusive, não acha justo um plano que auxilie entes que descuidaram das contas. Por isso, alguns secretários já se movimentam com demandas por outros tipos de benefícios.

Fernanda Pacobahyba, secretária da Fazenda do Ceará, diz que o PEF não vai trazer medidas favoráveis para o Estado. Com nota B no sistema de rating do Tesouro, o ente já pode contrair dívidas com garantia da União. Por isso, pede outros tipos de benefício. "Tem que ter alguma coisa, algum tipo de auxílio. Especialmente no alongamento da dívida, até para dar um estímulo. O pessoal rasgou [dinheiro] e recebe prêmio, e a gente não? É uma medida de justiça", disse.

Se no curto prazo o plano de auxílio aos Estados (também chamado por Guedes de "plano Mansueto") representa um alívio, no médio e longo prazo medidas estruturais serão necessárias. A mais mencionada delas foi a reforma da Previdência, para melhorar o gasto com inativos. Os entes já estão incluídos no texto enviado ao Congresso (embora haja movimentos para retirá-los). Mesmo assim, reformas dos próprios entes devem ser necessárias.

Nelson Barbosa, pesquisador associado do FGV/Ibre e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, afirma que os governadores terão de fazer mudanças no sistema de aposentadorias. "Isso vai ter que passar inevitavelmente pelas Assembleias estaduais", disse. Outra medida citada como necessária é a reforma administrativa, para lidar com a folha de pagamento de ativos, além de vendas de ativos.

07/05/2019 - 05:00

## 'Regra de ouro' não precisa dos R\$ 248,9 bi

Por **Ribamar Oliveira**

O relator do projeto de lei que abre crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões ao Orçamento da União deste ano, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), disse ontem que ainda não sabe qual é o montante das operações de crédito que vai superar, neste ano, o limite previsto na chamada "regra de ouro" das finanças públicas.

"Todo mundo sabe que é necessário aprovar um crédito suplementar para tornar possível executar as despesas orçamentárias de 2019", disse Rocha ao **Valor**. "O que precisamos saber é qual é o valor do crédito. Todo mês o governo informa um valor diferente. Em março, informou que era de R\$ 95,7 bilhões. Agora, já fala em R\$ 110 bilhões, mas que poderá ser bem menor. A única coisa que parecer certa é que não será mais de R\$ 248,9 bilhões", afirmou.

A Constituição estabelece que o valor das operações de crédito feitas pelo governo não pode ultrapassar o montante das despesas de capital, que incluem os investimentos, as inversões financeiras e as amortizações da dívida pública. O princípio é chamado de "regra de ouro" das finanças públicas.

Ao elaborar a proposta orçamentária de 2019, o governo estimou que, para pagar todas as despesas orçamentárias, teria que fazer operações de crédito no valor de R\$ 248,9 bilhões acima do limite fixado na "regra de ouro". Com base nessa projeção de receita, o governo programou despesas em igual montante na proposta orçamentária. Se o crédito suplementar não for aprovado, as despesas não poderão ser executadas e o governo corre o risco de uma paralisação (um shutdown, como dizem os economistas).

A autorização para as operações de crédito acima do limite da "regra de ouro" terá que ser aprovada pelo Congresso por maioria absoluta. O crédito seria necessário para custear parte das despesas com o pagamento de benefícios previdenciários, despesas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), despesas com o crédito agrícola, com subsídios e subvenções, entre outras.

Um nota técnica elaborada pelo Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, assinada pelo consultor Maurício Ferreira de Macêdo, analisa o projeto de lei 04/2019, mostrou que a atual necessidade de realização de operação de crédito acima do limite constitucional "já caiu para R\$ 95,7 bilhões no exercício de 2019, podendo sofrer novas reduções e mesmo chegar a ser afastada por completo".

A nota contesta o entendimento da área econômica do governo de que, apesar de a margem de insuficiência da regra de ouro em 2019 ter sido reduzida, o governo ainda precisará, por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária, aprovar R\$ 248,9 bilhões em crédito suplementar.

Para o consultor, "não faz sentido" o Congresso aprovar o montante de R\$ 248,9 bilhões, se o próprio governo já projeta que a insuficiência da "regra de ouro" neste ano será bem menor. Na nota técnica, o consultor diz que a realização das operações de crédito previstas no PL 4/2019, "claramente acima dos montantes necessários", provocará encargos adicionais em torno de R\$ 23,2 bilhões anuais e aumentará, apenas com as emissões de títulos, o estoque da dívida pública federal em torno de 6,6%, ultrapassando o patamar de R\$ 4 trilhões.

O deputado Hildo Rocha disse ao **Valor** que vai propor hoje, durante reunião da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, a realização de uma audiência pública, com a presença dos secretários especiais da Fazenda, do Planejamento, de representante do Banco Central e de dois especialistas do mercado. "Preciso esclarecer essa questão antes de redigir o meu parecer", explicou.

07/05/2019 - 05:00

## Sigilo fiscal para entes públicos também pode cair

Por **Mariana Muniz e Carla Araújo**

Está no forno um parecer vinculante da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre sigilo fiscal, nos mesmos moldes do que foi feito com relação ao bancário. A ideia é permitir, no âmbito de investigações judiciais, o compartilhamento dessas informações com os órgãos de controle, como a própria AGU e a Controladoria-Geral da União (CGU), sempre que necessário.

Interlocutores do advogado-geral da União, André Luiz Mendonça, afirmam que a tese do compartilhamento - e não "quebra" - do sigilo é defendida pelo próprio ministro, que começou a trabalhar no desengavetamento do parecer recentemente. O documento começou a ser elaborado na gestão da ex-ministra-chefe da AGU Grace Mendonça.

Reservadamente, fontes próximas a Mendonça apontam que a AGU considera que o acesso a dados fiscais é fundamental para ações efetivas e eficazes no combate à corrupção.

Atualmente, mesmo que haja uma investigação instaurada, o acesso a dados da Receita Federal é obtido apenas mediante autorização judicial. Em tribunais de todo o país, o instituto do sigilo fiscal é considerado uma proteção à intimidade e à vida privada das pessoas.

O impulso para que o presidente Jair Bolsonaro assine as novas regras sobre o compartilhamento do sigilo fiscal teria vindo do parecer sobre sigilo bancário envolvendo recursos públicos - ratificado no fim do mês passado pelo mandatário e considerado pelo Palácio do Planalto como um modelo de transparência a ser seguido.

O parecer, que ganhou efeito vinculante, estabelece que as instituições financeiras da administração pública deverão divulgar os contratos de empréstimos contraídos por empresas nas hipóteses em que os créditos se originarem dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, ou se tratarem de recursos privados administrados pelo poder público, como é o caso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Para a AGU, o sigilo bancário "não deve ser aplicado em operações de crédito envolvendo recursos públicos ou firmadas pelos entes federados, autarquias ou fundações da administração pública".

Nas situações em que houver sigilo bancário, o entendimento vinculante estabelece que o Ministério Público, os tribunais de contas da União, dos Estados e municípios e o Ministério da Transparência e a CGU poderão celebrar convênios com o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o objetivo de promover fiscalizações conjuntas por meio do compartilhamento das informações sob sigilo.

O documento sobre sigilo fiscal poderá ser o sétimo parecer com efeito vinculante produzido pela AGU neste ano.

Além da orientação sobre sigilo bancário envolvendo recursos públicos, os outros pareceres dizem respeito, por exemplo, a repasses de verbas destinadas por emendas parlamentares individuais e a repasse de recursos da União para obras em Estados e municípios nos três meses que antecedem eleições quando elas já tiverem sido iniciadas antes deste intervalo.

Veículo: Folha Online	
Data: 07/05/2019	Caderno: Mercado

**FOLHA**ONLINE  
www.folha.com.br

## Estado que aderir a programa de auxílio terá tratamento menos vantajoso

*Estados com piores notas em avaliação do Tesouro poderão ter acesso a recursos*

**Mariana Carneiro**

BRASÍLIA

Previsto para ser lançado na próxima quarta-feira (8), o novo plano de auxílio financeiro aos estados em dificuldade vai prever um tratamento menos vantajoso aos governadores que forem promovidos graças à ajuda federal.

Pelo programa, os estados que têm nota C na avaliação do Tesouro poderão apresentar programas de ajuste fiscal com horizonte de quatro anos e, se aprovados, serão autorizados a tomar empréstimos com aval da União. Hoje, eles não têm acesso a essas linhas de crédito, com taxas de juros mais baixas.

Mansueto de Almeida, secretário do Tesouro Nacional, será mantido no cargo na equipe econômica no futuro governo de Jair Bolsonaro Alan Marques/Folhapress

O Ministério da Economia criou, porém, um limite mais baixo de quanto os estados recém-promovidos podem tomar emprestado. O objetivo é não desestimular os que já fizeram ajustes e, por isso, já têm notas melhores (A e B).

Os estados nota C que aderirem ao programa poderão tomar emprestado até o equivalente a 3% de sua receita corrente líquida.

O valor é inferior ao que estados que já são B podem tomar -- entre 4% e 8% de sua receita corrente líquida em empréstimos. O único estado com nota A, o Espírito Santo, pode pegar crédito com aval da União em valor equivalente a até 12% de sua receita.

Os governadores dos estados nota C terão a chance de ampliar esse limite, desde que se comprometam em privatizar ativos. Mas, mesmo neste caso, cada parcela do empréstimo só será autorizada à medida que o estado entregue etapas para concluir a privatização.

A exigência mais apertada se tornou necessária após a frustração do governo federal com o Rio, que prometeu privatizar a Cedae até 2021 dentro do regime de recuperação fiscal. O novo governador, Wilson Witzel (PSL), eleito no ano passado, afirmou ainda na campanha eleitoral que não venderá a estatal.

Apelidado de "plano Mansueto" pelo ministro Paulo Guedes, em referência ao secretário do Tesouro que elaborou o novo programa, o plano vai elencar sete opções de políticas de ajuste que os estados podem acionar.

Os estados deverão entregar, em quatro anos, uma economia que permita que eles ascendam no ranking do Tesouro para nota B por esforço próprio.

No cardápio de opções, os governadores poderão escolher, entre outras alternativas, a adotar uma lei de responsabilidade fiscal estadual, um teto para o crescimento dos gastos, uma meta de redução de renúncias fiscais ou a revisão dos regimes jurídicos de servidores, que preveem a promoção automática de funcionários (os chamados triênios e quinquênios).

Os estados deverão escolher pelo menos três alavancas. Entre as cláusulas para adesão ao novo programa, o Ministério da Economia quer que os governadores adotem ainda o mesmo marco legal de distribuição do gás, que está em elaboração pelo Ministério da Economia em associação com a Petrobras.

Auxiliares do ministro acreditam que os estados interessados poderão concluir a adesão em cerca de três meses, o que viabilizará operações de crédito ainda neste ano.

Numa outra frente, o Ministério da Economia quer criar um novo programa de transferência para estados exportadores que substituirá a atual lei Kandir (que recompensa os governadores que não tributarem exportadores).

A ideia é criar uma nova compensação, que vai incluir a exigência de aumento da poupança e, ainda, metas sociais, como a redução da mortalidade infantil e a melhora nas avaliações de ensino (Ideb).

Veículo: Folha Online	
Data: 07/05/2019	Caderno: Mercado

**FOLHA**ONLINE  
www.folha.com.br

## STF tem na pauta ações que somam R\$ 147 bi de gastos extras para União

*Cinco julgamentos estão na mira do governo; um deles discute a Lei de Responsabilidade Fiscal*

7.mai.2019 às 2h00

**Alexa Salomão William Castanho**

**SÃO PAULO**

Nos próximos dois meses, o governo federal tem na mira uma leva de julgamentos importantes para acompanhar no STF (Supremo Tribunal Federal).

Tratam-se de cinco litígios que, em caso de derrota, podem criar gastos adicionais ao governo de mais de R\$ 147 bilhões. Todos estão sendo acompanhados pela AGU (Advocacia-Geral da União).

A SPE (Secretaria de Política Econômica), do Ministério da Economia, monitora atualmente cerca de 450 riscos fiscais, discussões no Legislativo e no Judiciário que podem onerar os cofres públicos em mais de R\$ 1,5 trilhão.

Os julgamentos no STF neste primeiro semestre incluem um grupo relevante de riscos jurídicos para o caixa público, que afetam em especial a União, mas que também vai atingir estados e municípios a depender do resultado.

Os dois primeiros julgamentos estão previstos na pauta desta quarta-feira (8).

Um deles abarca quatro embargos de declaração e coloca em discussão o detalhe de uma causa já perdida: o prazo de aplicação da inflação no lugar da TR (Taxa Referencial) na correção monetária de precatórios (nome dado a dívidas da Fazenda Pública).

O STF já definiu que vale o IPCA, índice oficial de inflação. Discute-se agora a partir de que momento a inflação deve ser aplicada.

A AGU tenta fixar o prazo de aplicação da inflação a partir de março de 2015. Um dos recursos questiona, por exemplo, se a decisão não deveria valer a partir de 2001.

Como o número de embargos é alto e a data de aplicação da inflação fará uma enorme diferença, a União não consegue estimar o custo em caso de derrota.

“Esses embargos têm a proposta de dizer a partir de quando terá de modular a decisão”, explica Ariane Costa Guimarães, sócia do escritório Mattos Filho. A depender da data definida, os gastos públicos tendem a ser maiores, diz a advogada.

Segundo a assessoria de imprensa da AGU, considerando apenas a União, o impacto da correção dos precatórios pela inflação, e não pela TR, é de R\$ 40,8 bilhões, entre 2011 e 2017.

Em outro julgamento previsto para o mesmo dia uma derrota iria gerar um custo violento para os cofres públicos.

A discussão é em torno de uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e de um RE (Recurso Extraordinário) que discutem os parâmetros que dão direito a uma entidade ser considerada filantrópica e ter acesso a uma série de benefícios fiscais.

Se o governo perder a causa, terá de arcar com reembolsos a essas entidades nos últimos cinco anos, gerando um adicional de R\$ 76 bilhões aos cofres públicos. As entidades questionam os critérios desde 2000.

Outro julgamento, marcado para 15 de maio, vai mais longe ainda no túnel do tempo das causas jurídicas.

Esse processo retoma uma divergência sobre o cálculo de correção de títulos públicos no período de adoção da URV, a unidade monetária que fez a transição para o Real em meados dos anos de 1990.

Na ação, Consif (Confederação Nacional do Sistema Financeiro), com participação da Febraban (federação dos bancos), questiona a forma de cálculo do índice de correção monetária para os meses de julho e agosto de 1994.

A partir de uma estimativa do Banco Central, já estão depositados em razão dessa causa R\$ 2,4 bilhões.

Em 6 de junho consta da pauta o que é chamado de julgamento da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os ministros avaliam o conteúdo de oito ações (sete ADIs e uma ADPF, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental).

Na prática, entra em discussão a estrutura legal do controle dos gastos públicos no Brasil. A lei é de 2000 e criou parâmetros para conter a despesa e o endividamento de União, estados e municípios.

O julgamento já teve início, mas em junho entra na fase reservada à manifestação e voto dos ministros.

Um dos temas mais relevantes da discussão é a possibilidade de redução de jornada do funcionalismo público, com redução de salário.

Especialistas dizem que essa pendência já custa caro e que uma decisão é vital para a saúde fiscal dos cofres públicos.

“Nem vamos falar do absurdo que é, passados 19 anos, não termos uma decisão sobre essas ADIs, verdadeiros diques contra a disciplina fiscal que teria evitado a crise financeira que vemos hoje”, diz a economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria de gestão Oliver Wyman.

“A questão que se coloca é se vamos ter uma mudança de postura: vamos resgatar as ferramentas que controlam os gastos ou fingir que nada está acontecendo? Nos últimos anos, coube apenas ao Executivo apertar o cinto, enquanto o Judiciário, os tribunais de contas, as defensorias, os demais Poderes continuaram gastando”, diz ela.

Outra pendência judicial onerosa volta a ser discutida em 12 de junho: o passivo em relação ao antigo Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que em 2006 foi substituído pelo atual Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

A União já perdeu a causa, que envolvia o cálculo de transferência de recursos a partir do número de alunos.

Agora, está em pauta recursos que possam reduzir essa conta. Apenas com os estados, a União já teria pendência estimada em R\$ 28 bilhões. Segundo a **Folha** apurou, a conta pode encostar em R\$ 60 bilhões.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**FOCUS** Boletim reduz previsão de alta da produção econômica de 1,70% para 1,49% em 2019

## Mercado financeiro recua pela 10ª vez projeção de crescimento do PIB

**KELLY OLIVEIRA**

Agência Brasil, Brasília

O mercado financeiro reduziu pela 10ª vez seguida a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – desta vez caiu de 1,70% para 1,49% este ano. Para 2020, a projeção foi mantida em 2,50%, assim como para 2021 e 2022.

Os números constam do boletim Focus, publicação semanal elaborada com base em estudos de instituições financeiras sobre os principais indicadores econômicos. O boletim é divulgado sempre às segundas-feiras, pelo Banco Central (BC), em Brasília.

### Inflação

A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu de 4,01% para 4,04% este ano. Para 2020, a previsão segue em 4%. Para 2021 e 2022, também não houve alteração: 3,75%. A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

A estimativa para 2020 está no centro da meta: 4%. Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5



Fábio Rodrigues Pozzebom / Ag. Brasil

Ministro Paulo Guedes diz que reversão das expectativas se dará após reformas

**Banco Central aponta, ainda, que a projeção de alta para a produção industrial de 2019 também caiu: 2% para 1,76%. Há um mês, era 2,50%**

ponto percentual. O CMN ainda não definiu a meta de inflação para 2022.

### Controle

Para controlar a inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic. Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,5% ao ano até o fim de 2019. Hoje e amanhã, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve se reunir para a definição da taxa Selic.

Para o fim de 2020, a projeção segue em 7,50% ao ano.

Para o fim de 2020 e 2021, a expectativa permanece em 8% ao ano.

A Selic, que serve de referência para os demais juros da economia, é a taxa média cobrada nas negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

A manutenção da Selic este ano, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta

de inflação. Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar segue em R\$ 3,75 no fim de 2019 e foi ajustada de R\$ 3,79 para R\$ 3,80 no fim de 2020. A moeda vem sofrendo com instabilidades na relação EUA-China e com as reviravoltas do Brexit, no Reino Unido.

### Ministro

Depois de o mercado reduzir a estimativa de crescimento da economia para este ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Brasil voltará a crescer a partir de julho.

"Assim que forem aprovadas as reformas, o Brasil retomará o seu caminho de crescimento sustentável. Não há novidade nenhuma nessa desaceleração econômica, o Brasil está prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento e nós vamos escapar com as reformas", afirmou. "O Brasil de julho em diante está crescendo de novo".

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/05/2019	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Maio de 2019 - 19:00

## **Reforma tributária é pauta positiva que compensa a Previdência, diz deputado**

por Anaïs Fernandes | Folhapress



Colocar para tramitar uma reforma tributária conforme a Proposta de Emenda à Constituição da Previdência avança no Congresso é uma estratégia parlamentar "muito inteligente" para estimular a aprovação das mudanças na aposentadoria, na avaliação do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP). O líder do partido na Câmara dos Deputados apresentou no início de abril uma PEC para alterar o sistema tributário brasileiro.

Para Rossi, a pauta é positiva e bem vista pela sociedade, o que poderia compensar o desgaste eleitoral dos parlamentares caso seja aprovada a reforma previdenciária, de menor apelo popular. "Em estratégia parlamentar, seria muito inteligente, em ato contínuo, tocarmos a reforma tributária [após a da Previdência], uma que divide a sociedade, outra que une", disse Rossi nesta segunda-feira (6) durante evento promovido pelo Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (Iree).

Ele afirmou que trabalha para a reforma da Previdência ser aprovada, com ajustes, mas admitiu que há dificuldades para a pauta avançar no Congresso. A ideia, segundo ele, é "fazer um balanço de uma pauta de maior desgaste com outra pauta positiva". "Isso até seria um facilitador para conseguirmos os 308 votos [de deputados federais] difíceis da reforma da Previdência", disse.

Ele negou que uma tramitação conjunta possa atrapalhar a PEC das aposentadorias. "Não é verdade, as duas são fundamentais para o país. Não queremos que a reforma tributária seja usada para atrapalhar a da Previdência, mas entendo que, para o parlamento, é fundamental que a cada dois passos da reforma da Previdência, a gente dê um passo com a tributária."

O deputado reconhece, no entanto, que "não adianta correr" com as mudanças nos impostos, porque, segundo ele, há "um acordo político de não atropelar a reforma da Previdência". Rossi disse que conversou com Felipe Francischini (PSL-PR), presidente da Comissão de Constituição e Justiça na Câmara, e que um relator será designado para a PEC tributária até a próxima semana. Ainda não há um nome definido.

"Acredito que não vamos ter grandes dificuldades de admissibilidade. Acho que superamos essa etapa em cerca de um mês. Aí, o presidente [da Câmara, Rodrigo] Maia já tem o compromisso de fazer a comissão especial, onde vamos discutir o mérito", afirmou.

Também não seria necessário, segundo Rossi, esperar a PEC da Previdência ser concluída na comissão especial para iniciar o debate tributário, mas é preciso que o texto das aposentadorias esteja em estágio avançado.

A base para o texto de Rossi é do Centro de Cidadania Fiscal e encabeçada pelo economista Bernard Appy. A ideia central é substituir, em dez anos, cinco tributos que incidem sobre o consumo (ICMS, PIS/Cofins, ISS e IPI) por um imposto único com alíquota estimada de 20%.

"A reforma da Previdência é necessária para se fazer o ajuste fiscal. Sem a reforma, o Brasil não cresce nem no seu potencial. O problema é que o potencial de crescimento do país hoje é muito baixo. O objetivo da reforma tributária é corrigir essas distorções que fazem com que o Brasil cresça muito aquém do que poderia", disse Appy no mesmo evento.

Com a proposta de unificação tributária, a questão dos benefícios concedidos na Zona Franca de Manaus deve surgir como um complicador no debate da comissão especial, apontou Rossi. "Temos que estar preparados para essa discussão e pensar em alternativas para garantir a unicidade do imposto", disse. O governo também trabalha para encaminhar sua proposta de reforma tributária, que trataria apenas da unificação dos impostos federais, por exemplo.

Rossi diz estar em diálogo com o governo, mas afirma haver ambiente político para a aprovação de mudanças mais ambiciosas. "Se o clima hoje no parlamento é mais favorável à reforma, por que não fazer uma reforma melhor e mais profunda?" Com a última eleição, ele diz, o perfil do parlamento se tornou mais favorável à pauta econômica, inclusive de caráter liberal.

"Se nós conseguirmos superar a reforma da Previdência no começo do segundo semestre, não podemos perder a oportunidade de votar este ano a reforma tributária", disse.

Veículo: G1	
Data: 07/05/2019	Caderno: Economia



## **Norte será única região do país a se recuperar da crise este ano, mostra levantamento**

*Ao fim deste ano, economia da região estará 0,6% maior do que em 2014, último ano em que o Brasil cresceu, segundo estudo da Tendências. Nordeste tem pior resultado e ainda vai acumular queda de quase 5% desde o início da crise.*

**Por Luiz Guilherme Gerbelli, G1**

07/05/2019 08h00 Atualizado há 2 horas

O Norte deve ser a única região que conseguirá, ainda este ano, superar de vez os estragos provocados pela crise. Ao fim de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) da região estará 0,6% maior do que o observado em 2014, último ano em que a economia do Brasil cresceu antes do começo do período recessivo.

Os dados são de um estudo da consultoria Tendências. O levantamento mostra que, além da recuperação mais rápida do Norte, há uma disparidade significativa no desempenho entre as regiões.

A economia do Nordeste, por exemplo, é a que tem apresentado a menor força de recuperação – o PIB nordestino estará quase 5% inferior ao patamar de 2014 no fim deste ano. Sudeste e Sul ainda terão queda acumulada de 3,8% e 1%, respectivamente.

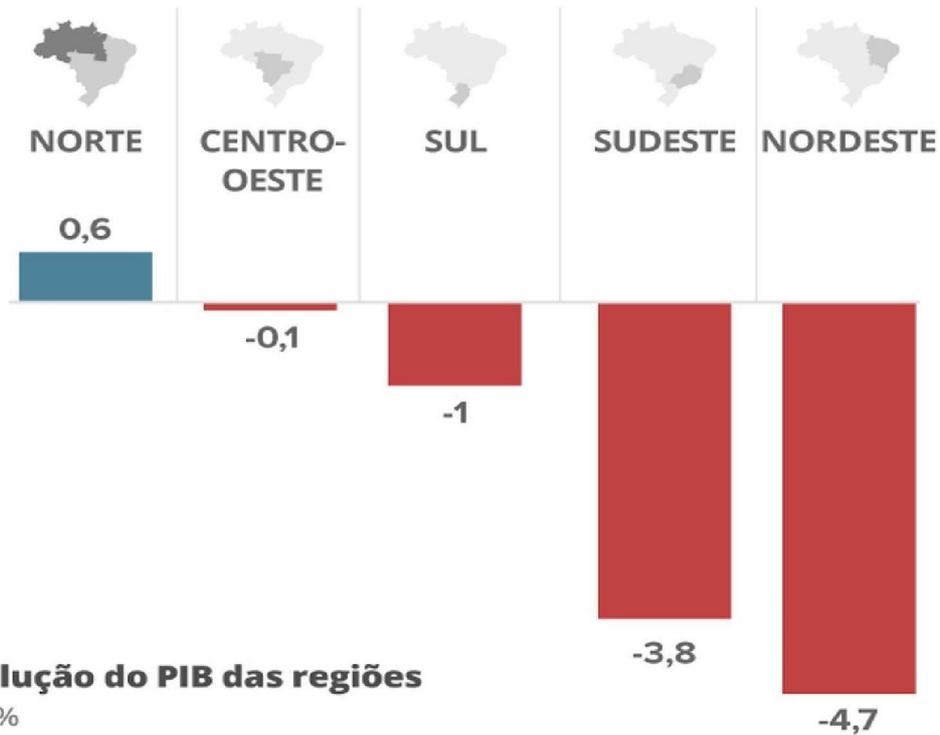
Por fim, o Centro-Oeste caminha para superar os efeitos da crise, mas a economia da região ainda será 0,1% menor do que a apurada em 2014.

# Norte é destaque

Região é a única que vai conseguir se recuperar dos estragos causados pela crise

## Tamanho das economias das regiões em relação a 2014

em %



## Evolução do PIB das regiões

em %



Fonte: consultoria Tendências



Infográfico elaborado em: 02/05/2019

Quando se analisa a economia brasileira de forma geral, o PIB do país deve encerrar o ano 2,7% abaixo do patamar anterior ao início da crise.

Durante o período de recessão enfrentado pelo Brasil, a economia do Norte chegou a recuar 4,6% em 2016. A região foi fortemente afetada pelo fraco desempenho do setor de eletroeletrônico e pela restrição das contas públicas dos estados – no Norte, 31,9% dos ocupados estão no setor público, segundo a Tendências. Portanto, o desempenho de municípios e governos estaduais tem papel fundamental na dinâmica da atividade local.

Como comparação, na média do país, 20,7% dos ocupados estão no setor público.

**Agora, são vários os fatores que beneficiam a região Norte, de acordo com o levantamento:**

1. No Pará, houve a maturação de projetos de mineração, o que ajuda a dinamizar a região;
2. Retomada da Zona Franca de Manaus;
3. Com a região se tornando uma área de fronteira agrícola, a agropecuária dá sinais de força.

Em Carajás, no Pará, o complexo de mineração S11D da Vale - batizado de Eliezer Batista - começou a operar há quase dois anos. Ele pode produzir até 90 milhões de toneladas e já opera com 70% da capacidade. No segundo semestre de 2018, a produção na região superou o volume produzido em conjunto pelos sistemas Sudeste e Sul da companhia.

Já a Zona Franca de Manaus costuma acompanhar os ciclos econômicos e tem se beneficiado da volta da retomada - ainda que bastante modesta - da economia brasileira.

Recentemente, o país se viu em uma polêmica envolvendo a Zona Franca de Manaus. No fim de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) **validou um incentivo tributário** para as companhias que compram produtos da região. A decisão reconheceu o direito de contribuintes de obter créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Com a decisão, o crédito gerado na venda de insumos pode ser usado pelo contribuinte para abater outros tributos, como o Imposto de Renda. O governo estima um impacto de R\$ 16 bilhões para as contas públicas.

"Entre 2017 e 2018, o Norte foi destaque por conta da indústria extrativa e também da recuperação dos setores fortemente impactados pela crise, concentrados na Zona Franca de Manaus", aponta a economista da Tendências e responsável pelo levantamento, Camila Saito.



Mina do projeto S11D, da Vale, em Canaã dos Carajás (PA) — Foto: Agência Vale

Os números mais favoráveis do Norte ajudam a criar um ambiente positivo para a economia da região como um todo. Neste ano, a fatia do consumo do Norte no bolo nacional será de 6,25%, segundo a consultoria IPC Marketing. É participação mais baixa entre as grandes regiões do país, mas o número esperado deve ser acima do observado em 2018, quando foi de 5,89%.

Ao todo, o potencial de consumo do Norte é estimado em R\$ 282 bilhões. "Apesar do resultado mais favorável, a economia do Norte ainda apresenta alguma instabilidade. Isso se explica pelo fato de a região ter uma extensão geográfica grande e locais com difícil acesso", afirma Marcos Pazzini, responsável pelo estudo da IPC Marketing.

### ***Nordeste em dificuldade***

Os dados da atividade econômica regionalizados mostram uma dificuldade do Nordeste em apagar os efeitos da recessão. Um quadro bastante diferente do vivenciado pela região no início dos anos 2000, sobretudo entre 2003 e 2014, quando exibia taxas de crescimentos acima da média nacional.

No período de forte crescimento, a região se beneficiou de investimentos públicos em setores como petroquímico, energia renovável, petróleo e gás. Um mapeamento da Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan) com base em dados dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dá um indício dessa perda de dinamismo da região. Em 2014, os desembolsos para projetos da região somaram R\$ 24,3 bilhões. No ano passado, recuaram para R\$ 11,9 bilhões.

"O impacto da crise econômica e política que assolou o país chegou de forma mais significativa em 2015 no Nordeste e coincidiu com a desmobilização dos investimentos", diz o economista e sócio da Ceplan, Paulo Guimarães. "O final da implantação de grande parte dos empreendimentos estruturadores e dispensa massiva de mão de obra fez a taxa de desemprego aumentar rapidamente e, obviamente, reduzindo expressivamente a renda média das famílias."

Os programas de transferência de renda e o aumento real do salário mínimo - que impacta o valor das aposentadorias - também tiveram uma contribuição importante para o crescimento do Nordeste em anos passados. Na região, segundo a Tendências, 23,8% da renda familiar tem origem no INSS e 3% vem do programa Bolsa Família.

"Os programas de assistência social, como o Bolsa Família, também são considerados importantes no dinamismo econômico local. Embora o programa seja nacional, aproximadamente metade dos beneficiários está no Nordeste", afirma Guimarães. Na leitura dos economistas, para se recuperar, a economia do Nordeste tem como objetivo atrair a participação de agentes privados nos financiamentos de projetos - como em iniciativas que envolvam a Parcerias Público Privadas (PPPs) e em programas de concessões. "Para tanto é necessário criatividade na engenharia financeira para que se reduza o risco associado ao menor dinamismo econômico regional", diz Guimarães.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 07/05/2019	Coluna: Economia



## NORTE SERÁ ÚNICA REGIÃO DO PAÍS A SE RECUPERAR DA CRISE ESTE ANO



7 Maio, 2019 - 08:13

O Norte deve ser a única região que conseguirá, ainda este ano, superar de vez os estragos provocados pela crise. Ao fim de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) da região estará 0,6% maior do que o observado em 2014, último ano em que a economia do Brasil cresceu antes do começo do período recessivo. Segundo o G1, os dados são de um estudo da consultoria Tendências. O levantamento mostra que, além da recuperação mais rápida do Norte, há uma disparidade significativa no desempenho entre as regiões.

A economia do Nordeste, por exemplo, é a que tem apresentado a menor força de recuperação – o PIB nordestino estará quase 5% inferior ao patamar de 2014 no fim deste ano. Sudeste e Sul ainda terão queda acumulada de 3,8% e 1%, respectivamente. Por fim, o Centro-Oeste caminha para superar os efeitos da crise, mas a economia da região ainda será 0,1% menor do que a apurada em 2014. Quando se analisa a economia brasileira de forma geral, o PIB do país deve encerrar o ano 2,7% abaixo do patamar anterior ao início da crise.

Durante o período de recessão enfrentado pelo Brasil, a economia do Norte chegou a recuar 4,6% em 2016. A região foi fortemente afetada pelo fraco desempenho do setor de eletroeletrônico e pela restrição das contas públicas dos estados – no Norte, 31,9% dos ocupados estão no setor público, segundo a Tendências. Portanto, o desempenho de municípios e governos estaduais tem papel fundamental na dinâmica da atividade local.

## Presidente e ministro da Economia voltam a defender reforma

**PREVIDÊNCIA** A reforma da Previdência é o primeiro passo para ampliar a liberdade econômica, disse ontem o presidente Jair Bolsonaro. Ao sair de visita de cerca de uma hora ao Ministério da Economia com o ministro Paulo Guedes, ele declarou que o país corre o risco de quebrar se não conseguir reequilibrar as contas públicas.

"A outra alternativa, se o Brasil continuar tendo déficit ano a ano, é imprimir moeda. Eu acho que, se for imprimir moeda, você sabe o que vem atrás. É inflação. Outra é conseguir empréstimo lá fora. Será que querem emprestar para nós? Com qual taxa de juros? Então, não temos outra alternativa. A reforma da Previdência é o primeiro grande passo para nós conseguirmos nossa liberdade econômica", declarou Bolsonaro.

O ministro Paulo Guedes disse que a reforma da Previdência é imprescindível para

tirar o país da armadilha do baixo crescimento. Segundo ele, as mudanças nas regras de aposentadoria abrem espaço para o país crescer de forma sustentável por até 15 anos, com retomada do investimento interno e atração de capitais externos.

"Assim que aprovadas as reformas, o Brasil retoma seu caminho de crescimento econômico sustentável. O crescimento estava em torno de 1,5% (por ano), mas, nos últimos dez anos, o crescimento foi de 0,5%. O Brasil está prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento, e nós vamos escapar dela com as reformas. A reforma da Previdência abre um horizonte de 10 a 15 anos de recuperação do crescimento", declarou Guedes.

O ministro ressaltou que o governo prepara uma agenda positiva para destravar a economia depois da aprovação da reforma da Previdência. "Nós vamos começar a simplificar


FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Presidente disse que, se o Brasil não aprovar a reforma da Previdência, voltará a ter inflação elevada

**Assim que aprovadas as reformas, o Brasil retoma seu caminho de crescimento econômico Paulo Guedes**

Ministro da Economia

e a reduzir os impostos, vamos fazer a descentralização para estados e municípios. E o Brasil, de julho em diante, estará crescendo de novo. Essa é a verdade a respeito do crescimento", acrescentou Guedes.

Sobre o contingenciamento (bloqueio) de cerca de R\$ 30 bilhões do Orçamento, Bolsonaro disse que o corte foi necessário porque

as previsões de receitas têm caído. Ele explicou que a educação não sofreu contingenciamento, mas remanejamento de recursos para outras áreas.

O ministro Paulo Guedes negou também que o Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional para famílias de baixa renda, tenha sofrido cortes.

Veículo: Folha Online	
Data: 07/05/2019	Caderno: Mercado

**FOLHA**ONLINE  
www.folha.com.br

## Para manter meta da reforma, relator quer elevar arrecadação da Previdência

**Thiago Resende** **Angela Boldrini**

BRASÍLIA

O relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), indicou, nesta segunda-feira (6), que poderá propor medidas para aumentar a arrecadação previdenciária e, com isso, buscar manter a meta do governo no corte de despesas públicas.

"Nós vamos trabalhar o Orçamento da Previdência, tanto do ponto de vista do que foi proposto e que possa ser diminuído do ponto de vista fiscal e do que nós possamos encontrar no Orçamento como receita, porque o objetivo nosso é manter a meta fiscal que o governo sugeriu. Essa é a meta. Agora preservando sempre a questão social", afirmou, após reunião com o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO).

No fim de março, líderes da maioria na Câmara anunciaram vetos a trechos da PEC da reforma da Previdência. Eles querem retirar os trechos sobre BPC, aposentadoria rural e dispositivos que desconstituem regras previdenciárias. *Najara Araujo/Câmara dos Deputados*

Apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência prevê uma economia de R\$ 1,2 trilhão em dez anos.

O ministro da Economia (Paulo Guedes) definiu como meta uma redução de, pelo menos, R\$ 1 trilhão em uma década.

A pressão na Câmara é para que a reforma da Previdência seja alterada, com a retirada, por exemplo, de mudanças no BPC (benefício pago a idosos carentes), na aposentadoria rural e nas regras para professores. Isso representaria menor potência na economia prevista com a PEC.

"Eu percebo que há uma indicação muito majoritária, praticamente quase que unânime [sobre o BPC e aposentadoria rural], mas eu

ainda não decidi sobre esse aspecto”, declarou o relator, que se posicionou contra a desidratação da PEC.

Moreira, no entanto, não respondeu como poderia aumentar o lado da receita da Previdência para compensar eventuais derrubadas de trechos da proposta. Ele disse que seria uma solução “dentro do Orçamento” e negou a possibilidade de criar um imposto para elevar a arrecadação previdenciária.

O relator informou apenas que vai começar a estudar esse assunto e não se posicionou sobre as chances de acabar com isenções fiscais.

A PEC já prevê o fim da isenção tributária para exportação de produtos rurais. A estimativa é que, com essa medida, cerca de R\$ 7 bilhões por ano possam entrar nos cofres da Previdência. A bancada ruralista, a mais influente no Congresso, no entanto, resiste a essa ideia.

Segundo dados do Ministério da Economia, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) também deixa de arrecadar com benefícios dados a entidades filantrópicas e aos regimes tributários especiais - Simples e MEI (microempreendedor individual).

Nesta terça (7), a comissão especial da reforma da Previdência se reúne para aprovar um plano de trabalho e previsão de audiências públicas para debater o tema.

O presidente do colegiado, Marcelo Ramos (PR-AM), defende que Guedes participe da sessão ainda nesta quarta (8).

“Eu acho que a gente não pode dar asa para que o debate seja periférico. Eu não quero vir para cá na quarta-feira e discutir: por que o ministro não veio? Eu quer vir para cá discutir o que ele tem a dizer para o país”.

Ramos informou, na semana passada, a intenção de aprovar a reforma da Previdência até o fim de junho na comissão. Assim, seria possível votar a PEC no plenário da Câmara em julho, como deseja o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um dos principais fiadores da proposta.

Vitor Hugo evitou se comprometer com prazos.

“É lógico que o governo tem a intenção de aprovar o quanto antes, mas tudo depende do andamento dos trabalhos para se conseguir esse consenso. Então a gente não quer fazer nada com atropelos”.

Veículo: Metro1	
Data: 07/05/2019	Caderno: Política



## Política

# Comissão especial deve definir hoje roteiro para análise da reforma da Previdência

Presença do ministro Paulo Guedes é aguardada para amanhã (8), segundo o presidente da comissão, Marcelo Ramos (PR-AM)



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil  
Por **Juliana Almirante** no dia 07 de Maio de 2019 · 10:00

O presidente da comissão especial da reforma da Previdência, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), informou que pretende definir hoje (7) o calendário de audiências públicas.

A presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, é esperada no colegiado amanhã (8) para apresentar e discutir a proposta.

Para Ramos, a ida de Guedes e de técnicos envolvidos com a elaboração do texto é importante para o convencimento dos parlamentares e da população sobre a necessidade da PEC.

“Acho que o governo tem de fazer um esforço de ser absolutamente transparente, e ser transparente é falar a verdade para a população, é não vender ilusão de que, imediatamente após a reforma, a economia vai voltar a crescer e o País vai virar uma maravilha. Ser transparente é dizer que a reforma não é só para combater privilégio, é principalmente para fazer ajuste fiscal”, declarou à Agência Câmara.

O roteiro de trabalhos da comissão especial será submetido nesta terça-feira ao colegiado, em reunião marcada para as 14h30. Antes disso, durante a manhã, o presidente da comissão especial se reúne com representantes dos partidos que se opõem à reforma.

Ramos espera concluir a fase de audiências públicas neste mês de maio, para que o texto possa ser discutido em junho.

A comissão especial vai analisar o mérito e pode modificar a proposta do Executivo. Se aprovada na comissão especial, a proposta de reforma da Previdência será analisada pelo plenário da Câmara em dois turnos de votação. Caso seja aprovado, o texto seguirá para o Senado.

# Tribuna

## Texto da reforma tributária pode tramitar em 30 dias



**SEGUNDO** Baleia Rossi, o ideal seria um nome que domine o tema e que tenha bom trânsito dentro do Parlamento

### AGÊNCIA ESTADO

O deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), autor da PEC da reforma tributária, afirmou ontem que, uma vez escolhido o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto teria condições de tramitar em um mês. A CCJ define a constitucionalidade da proposta e, por isso, tende a ser mais rápida que uma comissão que discute o mérito. Mais cedo, Rossi já havia falado que a designação de um relator para a reforma se daria até a próxima semana. Segundo ele, o ideal seria um nome que domine o tema e que tenha bom trâ-

sito dentro do Parlamento.

Questionado sobre o deputado do Novo Alexis Fonteyne (SP), que é cotado para o posto, ele se limitou a dizer que "seria um bom nome", mas lembrou que a decisão deve sair do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Rossi afirmou que não está interessado em correr com a tramitação porque o acordo político é para que a reforma tributária fique sempre um passo atrás da Previdência, de forma a não atrapalhar a tramitação da reforma prioritária do governo. O deputado disse também que não vê motivos para fatiar a reforma tributária, de forma a separar tributos federais e

regionais, como sinalizou preferir o secretário da Receita, Marcos Cintra. "Se houver clima político, porque separar a reforma?", apontou Rossi.

Baleia Rossi disse ainda que a forma de tratamento da Zona Franca de Manaus é um complicador político que vai acabar surgindo na comissão especial que tratará da reforma tributária. Ele ressaltou que os parlamentares terão de achar uma solução consensual, uma vez que a proposta de emenda constitucional (PEC) precisa de 308 votos para ser aprovada.

Segundo ele, o importante é garantir, nessa discussão, a unidade do im-

posto único sobre bens e serviços que a reforma quer criar. "Essa discussão vai acontecer na comissão, temos que estar preparados, mas temos que buscar alternativas para garantir a unidade desse imposto", disse. Sobre o assunto, o tributarista Bernard Appy disse que é preferível e mais transparente conceder qualquer benefício tributário diretamente a uma empresa via Orçamento. "É muito mais eficiente do que a forma como a gente faz hoje", disse. Ele frisou, no entanto, que a ideia é que a nova proposta tenha o mínimo possível de desonerações tributárias, "muito menos do que a gente tem hoje".

# Tribuna

## Política



## Receita Federal autua sonegadores de imposto em R\$ 186,87 bilhões

**A** fiscalização da Receita Federal lançou R\$ 186,87 bilhões em autos de infração para sonegadores em 2018. O valor é 25,1% maior do que o órgão estava estimava: R\$ 149,34 bilhões. Apesar disso, a quantia é 9,2% menor do que o arrecadado no ano passado, quando atingiu R\$ 205,87 bilhões. O subsecretário de Fiscalização, auditor-fiscal Iágaro Jung Martins, deu coletiva de imprensa na manhã desta segunda-feira (6/5) para detalhar o plano anual de fiscalização. É o que mostra reportagem de Hamilton Ferrari, Correio Braziliense.

Segundo ele, apesar da recuperação, os contribuintes ainda podem impugnar esses lançamentos e discutí-los no âmbito administrativo ou judicial. As estimati-

vas do Fisco mostram que entre 2% a 7% voltam aos cofres públicos no mesmo ano de autos de infração. O tempo médio de discussão administrativa é de cinco a sete anos, enquanto, na Justiça, é de nove anos e meio.

A Receita mostrou que houve uma queda no número de auditorias entre 2017 e 2018, passando de 8,4 mil para 11,9 mil. Jung Martins justificou o recuo pelo quadro de auditores públicos, que reduziu. "Isso implica numa redução no número de auditorias", argumentou.

Sobre a queda no valor recuperado, o subsecretário defendeu que 2017 foi um ano atípico. "Em 2016, tivemos um represamento de fiscalização por conta de movimento paralisante (greve de auditores)", afirmou. "Os auditores vinham revisando as auditorias em 2016, mas não

estavam encerrando-as. Isso só foi encerrado em 2017, por isso que houve uma elevação maior em 2017", destacou. "Nós medimos o desempenho da fiscalização na expectativa de crédito tributário, que seria de R\$ 149,34 bilhões em 2018, mas chegou a R\$ 205,87 bilhões", completou.

As projeções do Fisco para a recuperação é feita com base na média histórica dos últimos três anos, em relação ao ano em exercício, com o implemento de mais 10%. O critério é utilizado há uma década pelo órgão. "No último ano, esperávamos um número menor de lançamentos (em relação a 2017) e superamos a expectativa. Nós investimos na capacitação dos auditores nas áreas de monitoramento, de execução e de seleção.